



**DECRETO Nº 412/2025**



PREFEITURA DE  
**TUCANO**  
UM NOVO FUTURO TODO DIA

GABINETE  
DO PREFEITO

DECRETO Nº 412, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

*"Dispõe sobre a regulamentação da retenção de Imposto de Renda sobre os pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundos do Município de Tucano/BA e dá outras providências".*

Ricardo Maia Chaves de Souza Filho, **Prefeito do Município de Tucano**, Estado Federativo da Bahia, no uso de suas atribuições legais e, ainda, em respeito aos ditames da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, publicada em 12 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, de 26 de junho de 2023, publicada em 27 de junho de 2023;

**CONSIDERANDO** o estabelecido na Constituição Federal de 1988, art. 158, inciso I, o qual preconiza que pertencem aos Municípios: o produto da arrecadação do Imposto da União sobre Renda e Proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem;

**CONSIDERANDO** a decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 1.130, que firmou a tese: "Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos artigos. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.",

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sejam realizados em conformidade ao que determina a Legislação, sem

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02



deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações a Receita Federal do Brasil – RFB;

DECRETA:

**Art. 1º** - A Administração Pública Municipal, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145/23 e suas alterações posteriores, ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a aquisição de qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, deverá verificar a incidência e proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) devido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa RFB 1.234/12 e em observância ao disposto neste Decreto.

**Art. 2º** - Os valores retidos a título de Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos pagos a qualquer título pelas entidades integrantes da Administração Direta e Indireta deverão ser depositados na conta do Tesouro Municipal conforme preconiza o artigo 56 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 3º** - Ficam obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2026, a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, respectivamente, com base nas Instruções Normativas da RFB (Receita Federal do Brasil), nº 1.234/2012, de 11/01/2012 e nº 1.500/2014, de 29/10/2014, e suas alterações, todos os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

**§ 1º** - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, inclusive em casos de pagamento antecipado.

**§ 2º** - As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02



zero do Imposto de Renda (IR), devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal com número de artigo e inciso exato, lei e data, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do Imposto de Renda (IR) sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**§ 3º** - Não se aplica o não recolhimento por baixo valor disposto no § 6º, do art. 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no Município, devendo ser retido aos cofres municipais quaisquer valores do Imposto de Renda (IR) apurados, nos pagamentos realizados aos fornecedores do Município.

**§ 4º** - As entidades referidas no *caput* não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a RFB (Receita Federal do Brasil), nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833, de 2003.

**§ 5º** - As retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) incidentes sobre o pagamento destinados às pessoas físicas estarão sujeitos à legislação aplicada relativa ao imposto de renda retido na fonte de pessoas físicas, em especial, a IN nº 1.500, de 29/10/2014, e suas alterações.

**Art. 4º** - Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda (IR) na fonte os pagamentos realizados na aquisição de serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB (Receita Federal do Brasil) nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**Parágrafo Único:** Os fornecedores com direito à não incidência do IRRF (Imposto de Renda na Fonte) e que não estiverem sujeitos à retenção, deverão fazer constar no documento fiscal com exatidão e detalhe o dispositivo legal que lhe ampare o direito e, apresentar declarações de que trata o art. 6º da IN nº 1.234/2012, conforme termos dos modelos constantes nos anexos a este decreto:

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02



PREFEITURA DE  
**TUCANO**  
UM NOVO FUTURO TODO DIA

GABINETE  
DO PREFEITO

I - **ANEXO II** - declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica constante do inciso III, do art. 4º, da IN nº 1.234/2012, quais sejam, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

II - **ANEXO III** - declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica constante do inciso IV, do art. 4º, da IN nº 1.234/2012, quais sejam, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997;

III - **ANEXO IV** - declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica constante do inciso XI, do art. 4º, quais sejam, as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias;

**Art. 5º** - A obrigação de retenção do Imposto de Renda (IR) alcançará todos os contratos vigentes e a serem firmados, relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto desde 01 de fevereiro de 2025, conforme a incidência prevista na legislação federal.

**Parágrafo único:** Os fornecedores poderão se informar junto aos seus contadores, cientificando de que os valores retidos pelo Município a título de Imposto de Renda (IR) poderão ser deduzidos ou compensados dos valores a pagar para a União.

**Art. 6º** - Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na IN nº 1.234/12 da Receita Federal do Brasil - RFB e suas alterações, destacando o Imposto de Renda (IR) a ser retido na fonte pelo Município e, informando o valor líquido, sob pena de não aceitação do documento fiscal por parte dos órgãos da

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02



PREFEITURA DE  
**TUCANO**  
UM NOVO FUTURO TODO DIA

GABINETE  
DO PREFEITO

Administração Pública Municipal Direta.

§1º - As notas fiscais e quaisquer faturas emitidas em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídas ou retificadas, para fins exclusivos de indicar a retenção, por meio de carta de correção ou outro meio legalmente previsto, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda (IR), na forma prevista neste Decreto.

§ 2º - Os fornecedores e prestadores de serviços em que os pagamentos são realizados por meio de faturas com código de barras ou QR Codes, tais como, as relativas a fornecimento de água, energia elétrica, serviços de telecomunicações e Correios, deverão proceder as adequações necessárias nas Notas fiscais/Faturas, para fazer constar a respectiva retenção do Imposto de Renda a ser retido pelos órgãos do Município, conforme previsto na IN RFB (Receita Federal do Brasil) nº 1.234, de 2012, e informado pela RFB via DIRF e EFD-REINF.

§ 3º - A retenção do Imposto de Renda (IR) devido será promovida em todas as faturas e documentos fiscais recebidos pelo município e suas entidades, inclusive os que trata o parágrafo anterior, ainda que não esteja destacado o imposto.

Art. 7º - Não se aplica no caso do Município de Tucano (BA) a dispensa estabelecida pela RFB (Receita Federal do Brasil), sobre a retenção de valor igual ou inferior a R\$ 10,00 considerando que o Município é o titular da arrecadação do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

Art. 8º - Os valores retidos pela Administração Pública Direta deverão ser recolhidos ao Tesouro Municipal mediante simples transferência bancária ou por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), conforme o menor custo apurado.

Parágrafo único: A Câmara Municipal poderá editar ato próprio e deverá

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02





PREFEITURA DE  
**TUCANO**  
UM NOVO FUTURO TODO DIA

GABINETE  
DO PREFEITO

promover as retenções do Imposto de Renda - IR na forma da legislação federal aplicável e, deste Decreto, contabilizando a receita extra orçamentária e repassando os valores mensalmente aos cofres do Tesouro Municipal, conforme as normas contábeis aplicáveis conforme disposto no Art. 56 da Lei Federal nº 4.320/64, que enfatiza o princípio de Unidade de Tesouraria.

**Art. 9º** - Os responsáveis pela elaboração das minutas de editais de licitação e de contratos, incluirão, nesses instrumentos, cláusula prevendo a aplicação da IN RFB Nº 1.234/2012 e alterações posteriores.

**Art. 10º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Tucano, Estado da Bahia, de novembro de 2025.

Ricardo Maia Chaves de Souza Filho

Prefeito Municipal



PREFEITURA DE  
**TUCANO**  
UM NOVO FUTURO TODO DIA

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 184, Centro, Tucano, BA, 48790-000  
Fone 75 3272-2181 - CNPJ nº 13.810.312/0001-02